

## Líder quer acabar com o estado de emergência antes de iniciar Carta



Luís Henrique

Brasília — A extinção do estado de emergência, criado pelo ex-presidente Ernesto Geisel para substituir o AI-5, e do restante de leis que compõem o chamado "entulho do autoritarismo" deve preceder o início de elaboração da próxima Constituição. A opinião é do novo líder do PMDB na Câmara, deputado Luís Henrique, que concedeu entrevista ao programa *Bom-dia, Brasil* de ontem.

— Vamos negociar, durante a semana, como iremos eliminar

os resquícios do autoritarismo, se por ato constitucional ou não — afirmou Luís Henrique, que considerou um erro atribuir a vitória do PMDB ao Plano Cruzado, como faz o o governo. Para ele, o Cruzado ajudou, mas o partido venceu as eleições por causa de sua "tradição de luta contra o autoritarismo". Defendendo a eliminação do "entulho", o novo líder pode ter problema com o líder do governo, Carlos Sant'Anna, uma vez que o Palácio do Planalto não concorda com mudanças no texto atual.

As negociações começam ainda hoje, quando Sant'Anna se reúne com o grupo "Pró-soberania" do PMDB. E, junto a todas as outras questões que envolvem a preparação do regimento da Constituinte, devem ser debatidas duramente todas as semanas. Alguns pontos, segundo Luís Henrique, serão de fácil conclusão, como o funcionamento prioritário da Constituinte e a convocação da Câmara e do Senado apenas em casos extraordinários.

Os problemas começarão a surgir quando se chocarem os interesses da bancada e do governo a respeito dos limites da soberania da Constituinte. Para Luís Henrique, uma negociação pode levar a mudanças na atual Constituição, com o que não concorda o governo. Ele afirma, por outro lado, que o governo não deve temer as críticas da bancada. "Elas são inevitáveis, pois temos 258 deputados e não podemos evitar que um ou outro as faça."



## Comida natural, a reivindicação de deputados

Brasília — Enquanto no plenário a preocupação de 70% dos constituintes que discursaram ontem era com a crise econômica e com as novas medidas que serão anunciadas pelo governo, o deputado Victor Buaiz (PT-ES) passava um abaixo-assinado entre seus colegas. O documento não tem por objetivo a convocação de nenhum ministro da área econômica para debater com os constituintes, mas solicitar ao presidente da assembleia, deputado Ulysses Guimarães, a instalação de um "restaurante-lanchonete de comida natural" nas dependências da Câmara.

O documento aponta até o local para a instalação da novidade: um restaurante desativado, ao lado do *bundejão* do Anexo III da Câmara. Sundo o deputado petista, "a instalação de um restaurante dessa natureza na Câmara não se constitui um privilégio de uma minoria como poderia parecer à primeira vista, pois aumenta cada vez mais o número de brasileiros que querem se tornar independentes de produtos industrializados, que concorrem para o aumento de doenças degenerativas em todo país". Médico, Buaiz alega ainda que "é preciso cuidar da promoção da saúde daqueles que acionam a máquina administrativa do governo para que corpo e mente possam ter seus canais energéticos livres de substâncias tóxicas que embotam a consciência.

## Constituinte tem quatro projetos de diretas já

Brasília — Só falta ficar pronto o regimento da Assembleia Nacional Constituinte para o Congresso Nacional começar a fervilhar com propostas de redução do mandato do presidente Sarney. O PDT, o PT, o senador Ruy Bacelar (PMDB-BÁ) e o deputado Lysâneas Maciel (PDT-RJ) já têm prontos projetos de ato, resolução ou lei constitucional, todos com o mesmo fim: fixar eleições diretas exatamente na hora em que se encerrarem os trabalhos da Constituinte.

"Se a nova Constituição for mesmo promulgada no dia 7 de setembro, como deseja o deputado Ulysses Guimarães, poderemos ter eleições diretas ainda no dia 15 de novembro", prevê Lysâneas Maciel, dono também de uma proposta alternativa. Ele acha que, além da manifestação livre e soberana do povo pelo voto, o presidente tem ainda uma forma de legitimar seu mandato: removendo todo o entulho autoritário e deixando a Constituinte agir soberanamente.

A proposta do seu partido é mais radical e deverá ser formalizada ainda hoje: o líder Brandão

Monteiro (RJ) tem em mãos um projeto de lei constitucional estabelecendo que, 60 dias depois de promulgada a nova Constituição, o país deverá ter eleições diretas para presidente da República. "E não vai ser difícil aprovar isso. Basta conversar com gente de todos os partidos que está interessada em reduzir o mandato presidencial. E nós já estamos conversando", avisa Brandão Monteiro.

O tema "Diretas já" está em todas as conversas do Congresso Nacional, e o editorial publicado domingo pelo jornal *The New York Times*, pregando eleições diretas no Brasil, tornou mais palpitante o assunto. Na semana passada, numa reunião na casa do deputado Carlos Sant'Anna (líder do Governo na Câmara), os deputados Virgildásio Senna, Orlando Brito, Maurílio Ferreira Lima e Bernardo Cabral já discutiram exaustivamente o assunto, analisando até seus riscos: "Acho mais perigosa a crise política que se avizinha do que a econômica", alertou Bernardo Cabral (PMDB-AM).

## Ulysses desiste de sair da presidência do PMDB

Brasília — O deputado Ulysses Guimarães desistiu da ideia de licenciar-se da presidência do PMDB durante o funcionamento da Constituinte. Além das pressões dos amigos, o deputado foi convencido por setores do governo de que a gravidade da crise econômica impede que deixe, ainda que temporariamente, o comando do maior partido da Aliança Democrática. Mesmo assim, Ulysses deverá reunir a executiva do PMDB para que esta convoque o diretório nacional e eleja os substitutos dos governadores eleitos Pedro Simon (RS) e Miguel Arraes (PE) nos cargos de 1º e 2º-vice-presidentes do PMDB.

Ulysses Guimarães havia admitido a possibilidade de afastar-se da presidência do PMDB para poder se dedicar inteiramente à Constituinte, o que abriu a

corrida sucessória dentro do PMDB. A saída de Ulysses, desde então, passou a ser reivindicada pelos presidenciais Franco Montoro e José Richa, que queriam que assumisse a presidência do PMDB o 1º-vice-presidente a ser eleito para a vaga de Simon. O cargo passou a ser disputado em seguida pelo senador Affonso Camargo, atual 3º-vice-presidente da executiva.

O senador Mário Covas (PMDB-SP), que também defendia a saída de Ulysses, reconhece que, a esta altura, é difícil convencê-lo a se licenciar. "Se ele não quer sair, ninguém pode tirá-lo à força", disse Covas. A eleição dos novos integrantes da executiva deverá ocorrer em março e só poderão ser candidatos os integrantes do Diretório Nacional, cujo mandato termina no dia 6 de abril do próximo ano.